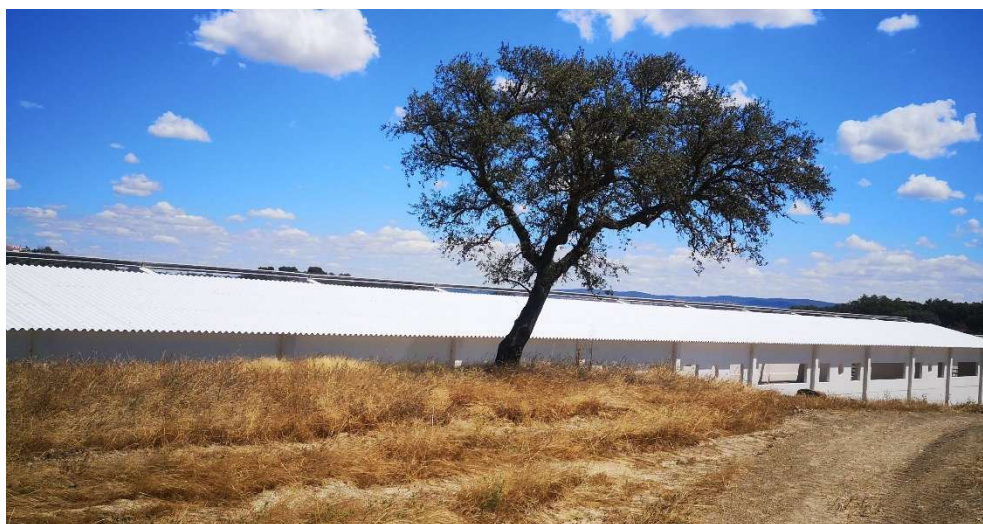




Ecophysis Ambiente

AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DO MONTE RUIVO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL



RESUMO NÃO TÉCNICO

PROPONENTE:

fontembro
A crescer consigo

JULHO 2025

AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DO MONTE RUIVO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

APRESENTAÇÃO

A Ecophysys Ambiente apresenta o Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da Exploração Pecuária do Monte Ruivo, pertencente à Fontembro – Sociedade Agrícola e Imobiliária, S.A., localizada na freguesia do Vimieiro, concelho de Arraiolos, distrito de Évora.

Julho de 2025

Coordenação do EIA

Maria Helena Nascimento
(Eng.^a Ambiente)



DOCUMENTO PREPARADO POR PERITOS COMPETENTES EM AIA:
CONSULTOR COORDENADOR NÍVEL 2
CONSULTOR ESPECIALISTA NÍVEL 2 (TERRITÓRIO, ÁGUA, RUÍDO E VIBRAÇÕES)
CONSULTOR ESPECIALISTA NÍVEL 1 (SOLO)

ÍNDICE DE VOLUMES

Resumo Não Técnico

Volume 1 – Relatório Síntese

Volume 2 – Anexos Técnicos

Volume 3 – Peças Desenhadas

ÍNDICE DE TEXTO

1	INTRODUÇÃO	5
2	IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA ENTIDADE LICENCIADORA.....	7
3	ANTERIORES PROCEDIMENTOS DE AIA	8
4	OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	8
5	DESCRIÇÃO DO PROJETO	8
5.1	Localização Regional e Administrativa	8
5.2	Implantação	9
5.3	Processo produtivo	10
5.3.1	Situação Atual.....	10
5.3.2	Situação Futura – após ampliação	11
5.4	Equipamento.....	12
6	COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS	12
7	EVOLUÇÃO DO ESTADO ATUAL SEM A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO	15
8	PRINCIPAIS IMPACTES NEGATIVOS	15
9	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO.....	17
10	PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	18
11	CONCLUSÕES	18

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto.....	5
Figura 2 – Localização do Projeto, face à RFCN (AP – Áreas Protegidas, ZEC - Zonas Especiais de Conservação; ZPE – Zonas de Proteção Especial)	7
Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto.....	9
Figura 4 – Implantação sobre a fotografia aérea	10
Figura 3 – Processo produtivo	12

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Medidas de Minimização de Impactes.....	17
--	----

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da **Exploração Pecuária – Monte Ruivo**, na fase de Projeto de Execução, sintetizando de forma acessível, para público não especialista, a informação técnica apresentada no Estudo.

A instalação, objeto do presente estudo, encontra-se em exploração, pretendendo-se ampliar a capacidade instalada, através da construção de mais 4 pavilhões.

A Exploração Pecuária do Monte Ruivo encontra-se em pleno funcionamento e dedica-se ao sistema de exploração intensivo de recria e engorda de suínos, apresentando atualmente uma capacidade instalada para 4592 lugares de recria e 1632 lugares de engorda, distribuídos por 3 pavilhões. O proponente pretende ampliar a capacidade instalada para 8411 lugares de engorda, mantendo os 4592 lugares de recria.

Do ponto de vista administrativo, o Projeto desenvolve-se na freguesia de Vimieiro, pertencente ao concelho de Arraiolos e distrito de Évora (Figura 1). A Pecuária em causa localiza-se num terreno cuja área total é de 20,74 ha, sendo que a unidade ocupa atualmente uma área total de 8,3 ha.

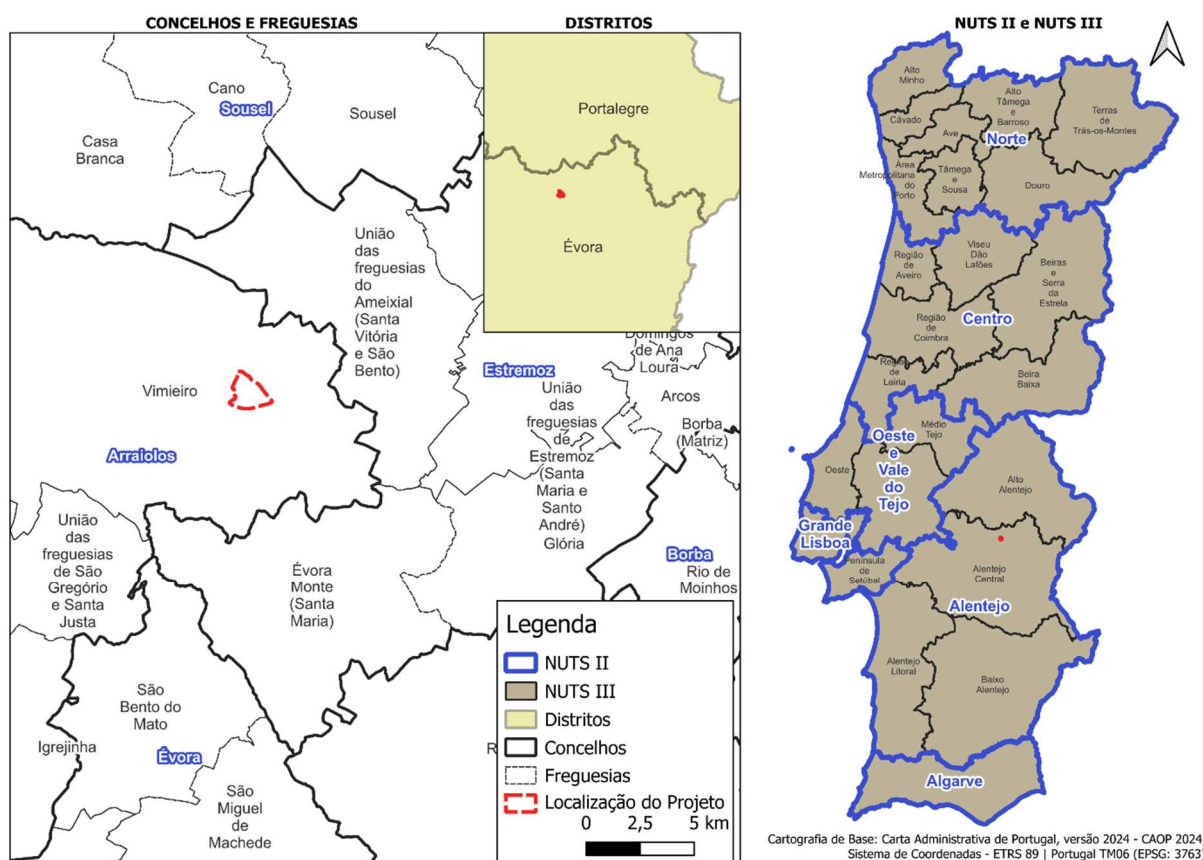


Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto

A Exploração Pecuária Monte Ruivo localiza-se concretamente na Herdade do Monte Ruivo, cujo acesso principal é assegurado pela EN4. Na envolvente da zona de estudo, a povoação mais próxima corresponde ao Vimieiro, localizado a cerca de 700m, a Oeste da Exploração.

O acesso ao local é efetuado pelo Vimieiro, onde a partir da EN4 se acede à exploração suinícola por um caminho privado com piso em terra batida.

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) foi desenvolvido com o objetivo de responder aos requisitos estabelecidos no Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), determinado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, o qual procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

A ampliação da exploração tem enquadramento no RJAIA, por se tratar de um projeto integrado n.º 23 — *Instalações para criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, com espaço para mais de: c) – 3 000 porcos de produção (+30 kg)*, do Anexo I do referido diploma legal.

No que concerne ao enquadramento da área em estudo, verifica-se que o Projeto em estudo não se encontra localizado em nenhuma área pertencente ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas – SNAC. Dos sítios da Rede Natura, as zonas classificadas mais próximas, correspondem à Zona de Proteção Especial (ZPE) Veiros (PTZPE0052), a 24,2 km e à Zona Especial de Conservação (ZEC) Cabeção (PTCON0029), a 26,5 km.

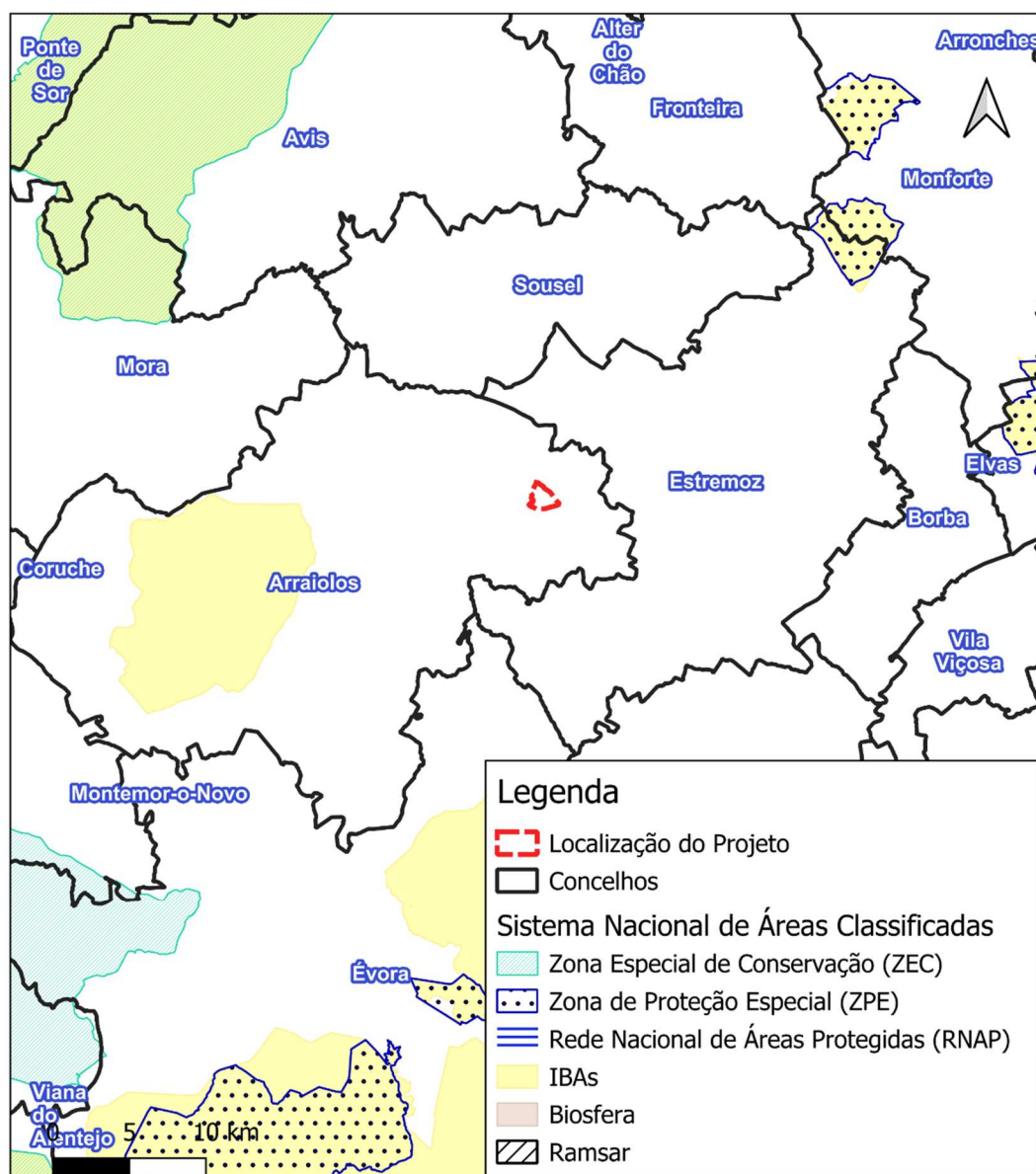


Figura 2 – Localização do Projeto, face à RFCN (AP – Áreas Protegidas, ZEC - Zonas Especiais de Conservação; ZPE – Zonas de Proteção Especial)

No que se refere a monumentos nacionais e imóveis de interesse público definidas no Decreto-Lei n.º 107/01, de 8 de setembro, não foram identificadas quaisquer edificações classificadas, na envolvente da zona em estudo.

2 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA ENTIDADE LICENCIADORA

A Fontembro – Sociedade Agrícola e Imobiliária, S.A. é o proponente do projeto da Ampliação da Exploração Pecuária, sendo a entidade licenciadora e Autoridade de AIA, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA).

3 ANTERIORES PROCEDIMENTOS DE AIA

A exploração do Monte Ruivo não foi sujeita anteriormente, a qualquer procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, atendendo a que a capacidade instalada encontra-se abaixo dos limiares definidos no RJAIA.

Relativamente a Planos Municipais de Ordenamento do Território, refere-se que a instalação em estudo se insere na área de incidência do Plano Diretor Municipal de Arraiolos (PDMA). Na área de intervenção não se identificam outros instrumentos de gestão territorial, com incidência direta sobre particulares.

No âmbito do presente procedimento de AIA, não houve lugar a Proposta de Definição de Âmbito.

4 OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O objetivo deste projeto é o exercício da atividade de exploração suinícola – criação intensiva de suínos (recria e engorda) em regime intensivo. A unidade suinícola possui uma capacidade instalada de 4592 lugares de recria e 1632 lugares de engorda de suínos (474,4 CN), pretendendo-se ampliar para 8411 lugares de engorda, mantendo-se os 4592 lugares de recria (1491,25 CN).

Tratando-se de uma unidade já em funcionamento, o projeto de ampliação justifica-se pelas próprias condições de mercado, assentes em variáveis de procura e consumo de carne de porco.

Se considerada apenas a dimensão relativa ao mercado internacional, verifica-se que a produção mundial de suínos tem vindo a aumentar de forma consolidada desde o ano 2000, sobretudo como resultado da crescente necessidade de produção de carne para alimentar, não apenas uma população crescente, mas igualmente uma população cujos padrões de consumo tem vindo a crescer.

5 DESCRIÇÃO DO PROJETO

5.1 Localização Regional e Administrativa

Do ponto de vista administrativo, o Projeto desenvolve-se na freguesia de Vimieiro, pertencente ao concelho de Arraiolos e distrito de Évora.

Com base na classificação NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais) para fins estatísticos, a área de estudo está inserida na NUT III – Alentejo Central, pertencente à NUT II – Alentejo.

Na Figura 3 apresenta-se o enquadramento regional e administrativo do Projeto, sendo apresentado no Desenho EIA-MR-02, a sua localização sobre a carta militar e no Desenho EIA-MR-03 a implantação do Projeto sobre a fotografia aérea.

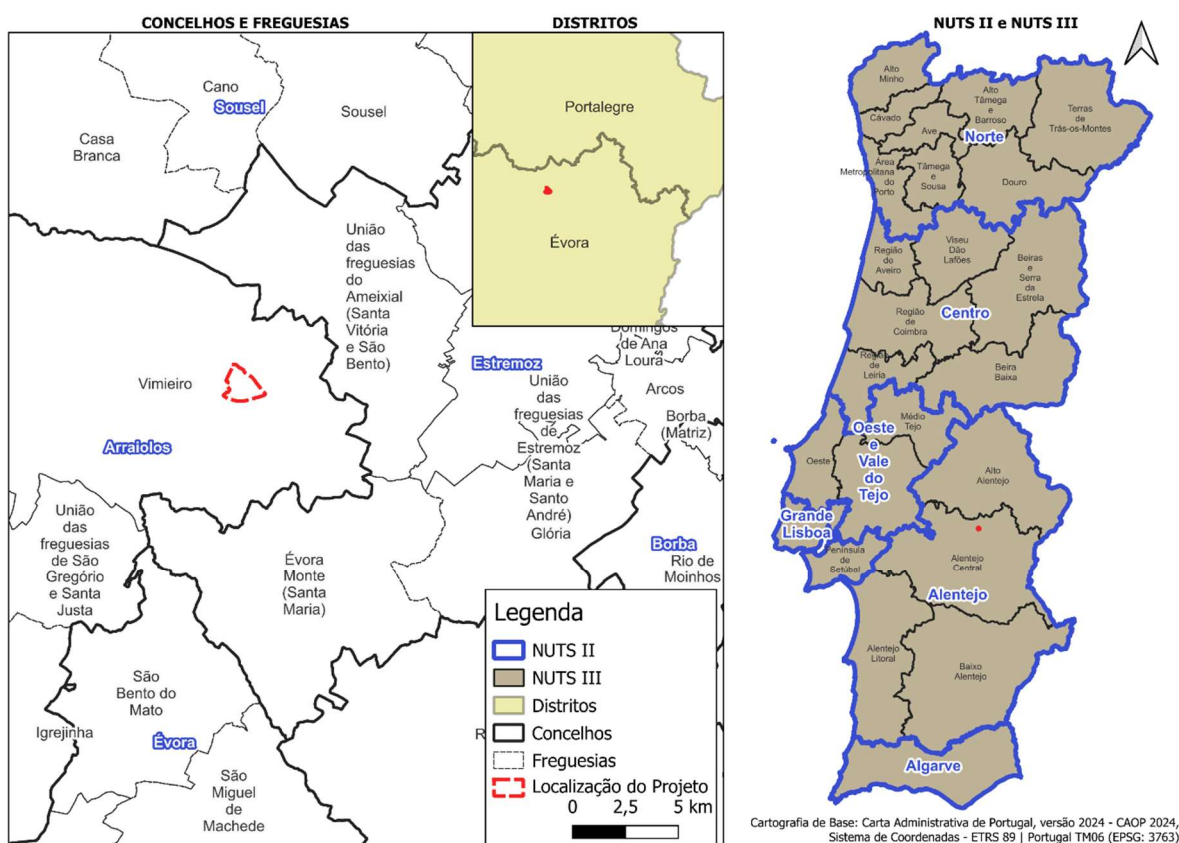


Figura 3 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto

5.2 Implantação

Conforme referido anteriormente, a Exploração Pecuária da Herdade de Monte Ruivo é uma unidade de engorda de suínos. Encontrando-se em pleno funcionamento, a exploração é atualmente composta por 3 pavilhões, um de recria (Pavilhão n.º 3) e dois de engorda (Pavilhões n.º 1 e n.º 2), a enfermaria, os balneários/vestiários para os trabalhadores, uma nitreira com a respetiva fossa, 2 lagoas em funcionamento e um necrotério, apresentando atualmente uma capacidade instalada total para 4592 lugares de recria e 1632 lugares de engorda de suínos (474,4 CN).

O proponente pretende alojar animais até à saída para o matadouro, ampliando o número de pavilhões para 7, para exploração pecuária, sendo que a exploração dos 4 novos pavilhões, se irá destinar à unidade de engorda e acabamento de suínos.

Após a referida ampliação, a exploração manterá a capacidade instalada para recria e acabamento em regime intensivo, de 4592 leitões até aos 25 kg (229,6 CN) e passará a ter uma capacidade para 8411 porcos dos 25 aos 110 kg (1261,65 CN), o que corresponde a um total de 1491,25 CN.

A figura seguinte apresenta o projeto da futura ampliação da suinicultura.



Figura 4 – Implantação sobre a fotografia aérea

5.3 Processo produtivo

5.3.1 Situação Atual

Atualmente o objetivo da produção anual é de cerca de 4585 suínos por ano para posteriormente serem vendidos para abate controlado.

O processo produtivo consiste nas seguintes fases:

- Recria: A unidade de recria e acabamento de suínos é composta por 1 pavilhão de forma retangular com 1356,59 m².
- Engorda: A unidade de engorda é composta por 2 pavilhões, com uma área total de 2461,56 m². Os edifícios têm dimensões iguais, sendo divididos em duas salas cada um, albergando cada uma 24 parques com 17,7 m²/parque, perfazendo um total de 4 salas e 96 parques. Os animais entram

no setor “engorda” com um peso aproximado de 20 kg e 70 dias de vida e aí permanecem nos mesmos parques até atingirem um peso vivo de 115 kg e 185 dias de vida, para posteriormente serem vendidos para abate controlado.

- Enfermaria: A enfermaria é constituída por 8 parques com 7,37 m²/parque, com uma área total de 77,85 m². Aloja animais doentes até à sua recuperação ou envio para matadouro.
- Acessos: Asseguram que os veículos de abastecimento da exploração e de carga / descarga, assim como de retirada de efluentes, sem que haja acesso à zona limpa da exploração.
- Necrotério: para depósito de animais mortos na exploração e que aguardam a recolha ou a sua destruição, segundo normativos emitidos pela Direção Geral de Veterinária.
- Rodilúvio: Existe à entrada da exploração o que permite a desinfecção de todas as viaturas que circulam na exploração.
- Filtro Sanitário: Apresenta um sistema de esgotos independentes e são encaminhados diretamente para o sistema de gestão de efluentes, localizado fora da barreira sanitária. O filtro sanitário encontra-se equipado com duche e desinfecção, funcional e localizado na barreira sanitária.

5.3.2 Situação Futura – após ampliação

A ampliação consistirá na ocupação de 4 novos pavilhões destinados ao alojamento de animais até à saída do matadouro, integrando o processo de engorda acima descrito, totalizando assim 7 pavilhões (1 de recria e 6 de engorda).

À semelhança dos atuais edifícios de engorda, os novos edifícios serão divididos em duas salas cada um, albergando cada uma 24 parques com 17,7 m²/parque.

Em suma, o processo produtivo poderá resumir-se no seguinte diagrama:

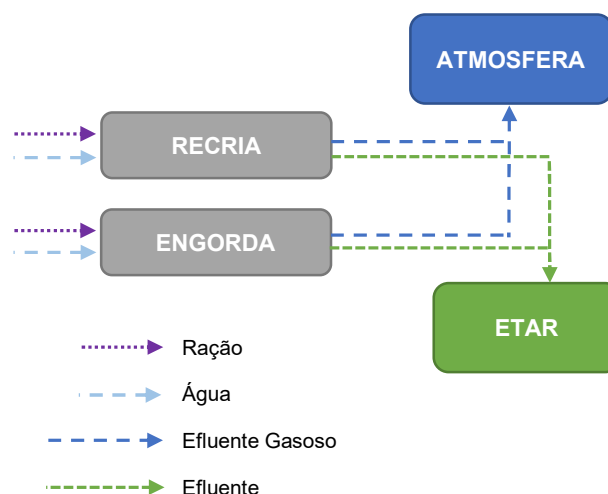


Figura 5 – Processo produtivo

5.4 Equipamento

A nível de equipamentos presentes nos pavilhões, estes são dotados de sistemas de alimentação e abeberamento automáticos. Possuem sistemas de ventilação por meio de um sistema automático de abertura e fecho de janelas para controlo de temperatura, humidade e concentrações de gases. Caso haja falha de eletricidade, o sistema de controlo possui uma bateria “anti-asfixia” que assegura o normal funcionamento.

Existem ainda equipamentos de lavagem de alta pressão e os equipamentos associados ao sistema de tratamento de efluentes pecuários.

6 COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS

Foram analisadas as seguintes componentes ambientais: Clima, incluindo alterações climáticas, Geologia e Geomorfologia, Solos, Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, Resíduos, Fauna, Flora e Vegetação, Paisagem, Ambiente Sonoro, Qualidade do Ar, Resíduos, Saúde Humana, Ordenamento do Território, Património Cultural e Socio-Economia.

No que se refere **ao clima**, a região do Monte Ruivo, em Arraiolos (Alentejo), tem um clima mediterrânico com verões quentes e secos e invernos moderadamente frios e húmidos. A temperatura média anual é de cerca de 15,9°C, podendo ultrapassar os 30°C no verão. A chuva é mais frequente entre outubro e abril, sendo dezembro o mês mais chuvoso. Durante os meses quentes (maio a setembro), há muito sol e pouca precipitação, com evaporação bastante elevada. O vento tem intensidade moderada durante boa parte do ano, e a humidade do ar varia, sendo mais alta no inverno. A insolação (horas de sol) é elevada, com mais de 2700 horas por ano.

O aspeto mais relevante consiste na influência que as **Alterações Climáticas** terão no projeto, nomeadamente:

- Aumento das temperaturas
- Redução da precipitação
- Ocorrência mais frequente de secas e ondas de calor
- Maior risco de incêndios

Foi elaborado um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (PIAAC-AC), com medidas para proteger as populações, o ambiente e a economia local.

A **qualidade do ar** na zona do projeto é boa, com baixos níveis de poluição, uma vez que se trata de uma zona rural. A estação de monitorização mais próxima fica em Terena (Alandroal), e os dados recolhidos mostram que os níveis de partículas e gases poluentes estão abaixo dos limites legais. As principais fontes de emissão na área estão relacionadas com a atividade agrícola, mas não representam risco significativo para a saúde humana nem para o ambiente.

Em termos de **Geologia**, e tendo como base a Carta Geológica de Portugal a zona em estudo insere-se na Zona da Ossa Morena, que por sua vez integra o Maciço Ibérico ou Hespérico. Trata-se da zona com maior expressão geográfica em Portugal Continental e integra as formações geológicas mais antigas. Especificamente no que refere à área em estudo, esta insere-se em zona de planalto, com variações de elevação muito suaves a cotas entre os 230 e 240, com alguns pontos mais altos a cota de 253 m, contrastando com as altimetrias do anticlinal de Estremoz que atingem cotas de mais de 500m. A zona em estudo é contornada no lado este pela Ribeira de Tera e a Oeste por outra linha de água mais pequena.

A área de intervenção apresenta **solos** com baixa aptidão agrícola, nomeadamente classe D, com limitações severas. No terreno afeto à exploração predominam os solos argiluvitados pouco insaturados, sendo que na área de intervenção ocorre apenas este tipo de solo.

O Projeto insere-se numa área exclusivamente rural, afastada de núcleos populacionais. Trata-se de um território onde dominam as superfícies agroflorestais de azinheira (67,40% da área de estudo), seguindo-se por culturas temporárias de sequeiro e regadio (19,03%) estando os olivais (5,47%) e as pastagens melhoradas (5,27%) com uma ocupação semelhante relativamente ao terreno.

Quanto aos **recursos hídricos** a exploração está inserida na bacia da Ribeira de Tera, cujo estado global se classifica como “inferior a bom”, e assenta sobre a massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado do Tejo, classificado como “medíocre”. Existem na área do terreno da exploração duas captações de água superficial associadas a albufeiras privadas, com volumes licenciados para atividade pecuária, rega e combate a incêndios, bem como uma captação subterrânea ativa com profundidade de 65 m, utilizada para consumo humano e para o funcionamento da exploração.

Atualmente, a exploração possui um sistema **de gestão de resíduos** implementado, com encaminhamento por operadores licenciados e separação de fluxos como misturas de embalagens, agulhas e resíduos urbanos. A recolha e tratamento dos resíduos urbanos no concelho de Arraiolos é assegurada pela GESAMB, entidade intermunicipal com infraestruturas de valorização e triagem.

No que se refere ao **ambiente sonoro**, a envolvente apresenta um carácter agroflorestal, com solos agrícolas e montado, sem recetores sensíveis na envolvente próxima. Os recetores sensíveis mais próximos localizam-se muito para lá da área de potencial influência acústica do projeto, a mais de 550 m a norte e correspondem às habitações unifamiliares da própria Herdade do Monte Ruivo. A mais de 2600 m, identificam-se algumas habitações unifamiliares dispersas, integradas em explorações agropecuárias. A povoação mais próxima é Vimeiro e localiza-se a mais de 7,4 km. A referir a existência de algumas explorações agropecuárias semelhantes na envolvente, cuja emissão sonora é pouco residual.

Ao nível dos **sistemas ecológicos**, a área em estudo não se insere em locais integrados na Rede Nacional de Áreas Protegidas, nem na Rede Natura 2000 (Zonas Especiais de Conservação e Zonas de Proteção Especial), nem nas restantes áreas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC). Dos trabalhos de campo realizados pode considerar-se que a área da propriedade apresenta pouco relevo no contexto nacional para a conservação da flora e da vegetação.

No que respeita ao descritor **Socioeconomia**, o Projeto da Exploração Pecuária – Monte Ruivo localiza-se na freguesia de Vimeiro, com 252,56 km² de área e 1 335 habitantes (Censos 2021). A sua densidade populacional é de apenas 5,3 hab/km². A nível concelhio, Arraiolos diminuiu a sua população residente em 10,10%, correspondendo a 6 619 habitantes em 2021. Percebe-se então que a freguesia de Vimeiro representa 20,17% da população do concelho. Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. O concelho de Arraiolos segue a mesma tendência da terciarização da atividade económica da região, bem como a freguesia de Vimeiro onde 64,12% da população trabalha neste setor. É de notar, no entanto, que ao contrário do que acontece nas outras unidades territoriais em análise, o setor secundário emprega apenas 17,45% da população, enquanto o setor primário emprega cerca de 18,43%. A taxa de atividade em Vimeiro (40,75%) foi a mais baixa dentro de todas as unidades territoriais em análise.

Ao nível do **Ordenamento do Território e Condicionantes Legais**, tendo como base a Planta de Ordenamento do PDM em vigor, a área de estudo do projeto localiza-se sobre solos rústicos classificados como “Espaços Agrícolas”, “Espaços Agro-Silvo-Pastoris” e “Espaços Naturais – Áreas de Conservação da Natureza”. A área do Projeto ainda incluiu áreas de “Espaços Naturais – Área a Estudar Para Definição de Área Protegida de Interesse Local” e várias vias municipais e uma via da rede complementar. Verifica-se que não são abrangidas categorias de espaço pertencentes ao solo urbano. Considerando a Planta de Condicionantes, a área em estudo apresenta como servidões e restrições de utilidade pública: área classificada da RAN e da REN, Rede Elétrica, Domínio Público Hídrico.

Relativamente ao **Património Cultural**, os trabalhos realizados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica) não revelaram a existência de ocorrências patrimoniais na área de projeto, quer de natureza arqueológica, quer arquitetónica ou etnográfica.

Ao nível do descritor **Paisagem**, a área em estudo insere-se no Grupo de Unidades de Paisagem R – “Alentejo Central”, onde a área de estudo se enquadra na Unidade de Paisagem (UP) 100 – “Maciço Calcário Estremoz – Borba – Vila Viçosa” e na UP 101 – “Serra de Ossa”. O *Grupo de Unidades de*

Paisagem R – Alentejo Central caracteriza-se por apresentar planícies extensas, onde surgem alguns acidentes que aqui sobressaem devido ao contraste com a horizontalidade dominante, sendo este o caso de Serra de Ossa. Os vales distinguem-se pelas galerias ripícolas que acompanham as linhas de água.

7 EVOLUÇÃO DO ESTADO ATUAL SEM A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

Neste capítulo, apresenta-se uma previsão da evolução da situação de referência para a área de estudo na ausência da implementação do projeto. É, pois, neste contexto que se apresentam seguidamente algumas considerações relativas à evolução da situação atual da área em estudo relativamente às várias vertentes do meio, considerando a sua evolução caso o projeto não se efetivasse. Esta análise baseia-se, assim, no conhecimento adquirido sobre a área de estudo e nas orientações e perspetivas de planeamento dos planos de desenvolvimento previstos para esta zona.

No caso de não concretização da Ampliação da Exploração Pecuária não se preveem alterações significativas à situação atualmente existente ao nível alguns dos descritores ambientais avaliados, designadamente clima, geologia e ocupação do solo.

8 PRINCIPAIS IMPACTES NEGATIVOS

Os principais impactes ambientais decorrentes da ampliação da suinicultura de Monte Ruivo, resumem-se no seguinte:

- De um modo geral, considera-se que a instalação em estudo, não é suscetível de causar impactes significativos no microclima da região nem em matéria de alterações climáticas.
- Ao nível dos **solos**, o principal impacte relaciona-se com a impermeabilização do solo devido à construção dos novos pavilhões, reduzindo a infiltração e aumentando o escoamento superficial e consequentemente os processos erosivos do solo. Adicionalmente, considera-se o risco de contaminação do solo pelos efluentes gerados na exploração, caso ocorra uma falha no sistema de drenagem e/ou armazenamento de efluentes. Ainda assim, atendendo ao facto da instalação dispor de infraestruturas adequadas para a gestão destes efluentes, consideram-se os impactes sobre o solo, negativos mas pouco significativos, e reversíveis.
- Quanto aos **recursos hídricos**, os impactes estão sobretudo relacionados com o consumo de água e com a produção de efluentes industriais. No que se refere ao consumo de água na instalação, este está sobretudo associado ao processo produtivo, designadamente destinada ao abeberamento animal, e instalações sanitárias. Salienta-se a probabilidade, embora muito reduzida, de ocorrência de situações acidentais de derrame de águas residuais quer devido a esgotamento das fossas ou do sistema de retenção de chorume, quer devido à ocorrência de situações irregulares na operação de trasfega dos efluentes para o seu destino final;

- Quanto à gestão de **Resíduos**, com a ampliação da exploração, prevê-se um aumento da produção de resíduos perigosos e subprodutos animais, como carcaças (de 13 para 32 ton/ano) e embalagens contaminadas, além de resíduos sólidos urbanos e agulhas. O impacto mais relevante está associado ao armazenamento e transporte de chorumes e subprodutos animais, que, em caso de falha, podem representar risco de contaminação das captações existentes, tanto superficiais como subterrâneas. No entanto, os sistemas de gestão implementados (necrotório refrigerado, bacias de retenção, separação de resíduos, operadores certificados) são considerados adequados, pelo que os impactos são negativos mas pouco significativos, e mitigáveis com o cumprimento das boas práticas legais e operacionais.
- Relativamente ao **ambiente sonoro**, a zona caracteriza-se por níveis reduzidos de ruído, sendo o impacto relacionado com o tráfego associado, para transporte de matérias-primas e animais vivos para a instalação e transporte de distribuição de produto final da instalação para vários pontos do país. Pela análise desenvolvida pode concluir-se que o impacto sobre o ruído resultante do funcionamento da exploração é praticamente nulo, isto é, o facto da exploração existir no local e estar em exploração, não agrava os níveis de ruído no local.
- Quanto à **qualidade do ar**, e no que diz respeito às emissões difusas, refere-se uma possível libertação de odores, associada às lagoas de tratamento, embora estes não sejam significativos, sendo muito localizados na zona do sistema de tratamento biológico e na zona de armazenamento das lamas.
- Quanto à **componente social**, em termos de efeitos negativos para a qualidade de vida das populações, há a referir, na generalidade, que o tráfego de veículos pesados para transporte de matérias-primas, produtos, subprodutos e resíduos, poderá estar na origem de alguma incomodidade, tanto ao nível do aumento dos níveis de ruído, como em relação ao aumento de poluentes atmosféricos. Ao nível dos fatores económicos, considera-se que a Exploração do Pecuária tem efeitos positivos ao nível da economia local e regional, uma vez que integra uma empresa de elevado interesse para a região constituindo, no seu todo, uma importante garantia de emprego da mão-de-obra local e desenvolvimento regional. Considera-se este facto como um impacto positivo significativo permanente sob o ponto de vista socioeconómico;
- Ao nível do **planeamento e ordenamento do território**, as edificações construídas em exploração, as recentemente construídas sem exploração e os pavilhões a construir da Exploração de Monte Ruivo, cumprem o disposto no regulamento do PDM de Arraiolos. Relativamente ao projeto de ampliação, objeto da presente Avaliação de Impacte Ambiental, este será submetido junto dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Arraiolos, para emissão de licença de construção. Face ao acima exposto, considera-se que o Projeto de ampliação da suinicultura, encontra-se em conformidade com os instrumentos municipais de gestão territorial, no que se refere ao regime de qualificação do solo, nomeadamente usos e índices de edificabilidade.

- Quanto às **áreas legalmente condicionadas e de outras servidões e restrições públicas**, verificou-se que as instalações da Exploração Pecuária não possuem interferência direta com as áreas identificadas na área de estudo,

Vários descritores não apresentaram impactos negativos de magnitude suficiente para justificar medidas próprias, ou apresentando impactos que não são passíveis de serem minimizados.

9 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

No sentido de melhorar o desempenho ambiental do projeto e reduzir os poucos impactos negativos identificados, o EIA sugere um conjunto de medidas, que deverão ser aplicadas na fase de exploração. As medidas propostas apresentam-se na tabela seguinte.

Quadro 1 – Medidas de Minimização de Impactes

Medida de Minimização	Fatores Ambientais
1. Continuar a manutenção e inspeção periódica de todas as estruturas ligadas à recolha / drenagem de águas, de modo a evitar colmatações e obstruções das mesmas e assegurar o bom funcionamento.	Recursos Hídricos
2. Deve assegurar-se que todo o chorume e estrume produzido nas instalações, sejam encaminhados para o sistema de armazenamento existente, constituído pelo tanque de receção, nitreira e três lagoas.	Recursos Hídricos
3. Garantir as boas condições físicas das estruturas de armazenamento dos efluentes pecuários, no sentido de garantir o correto armazenamento destas águas residuais e evitar a existência de roturas e/ou descargas destes efluentes para o solo ou meio hídrico.	Recursos Hídricos
4. Adotar boas práticas de deteção e reparação de fugas, aumentando a eficiência no consumo de água.	Recursos Hídricos
5. Assegurar o armazenamento temporário dos cadáveres dos animais no necrotório refrigerado, para posterior encaminhamento para eliminação em Unidade de Transformação de Subprodutos de Origem Animal.	Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos
6. Garantir o cumprimento do PGEP e das regras definidas no Código de Boas Práticas Agrícolas.	Recursos Hídricos, Solos
7. Manter em funcionamento um adequado sistema de gestão de resíduos que permita o seu correto armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, evitando a contaminação, não só dos recursos hídricos, mas também dos solos.	Solos, Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos
8. Continuar a promover a sensibilização/formação dos utilizadores finais de estrume através do fornecimento de informações das boas práticas para aplicação/espalhamento do estrume em solos agrícolas.	Solos, Gestão de Resíduos
9. Continuar a garantir a circulação de veículos pesados deve efetuar-se em período diurno.	Ruído, Saúde Humana, Componente Social
10. Assegurar a manutenção e revisão periódica dos equipamentos de ventilação e refrigeração, por forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído.	Ruído, Saúde Humana, Componente Social

Medida de Minimização	Fatores Ambientais
11. Assegurar a conservação dos cobertos vegetais, que funcionem como cortinas de limitação de dispersão de poeiras, poluentes e de ruídos e como melhoramento da qualidade visual.	Ecologia, Condicionantes, Paisagem
12. A empresa deve garantir a formação contínua dos seus funcionários, no sentido de conhecerem os meios e métodos de prevenção de riscos e de as atuações face a situações de emergência.	Socioeconomia
13. Deverá ser assegurada uma adequada manutenção do local da instalação, assegurando a adequada gestão de resíduos e limpeza dos locais de trabalho.	Paisagem
14. Fornecimento dos dados de produção de resíduos, através do preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) na plataforma do SILIAMB.	Gestão de Resíduos

10 PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

No EIA propõe-se a implementação do Programa de Monitorização dos Recursos Hídricos Subterrâneos para a fase de exploração.

11 CONCLUSÕES

A análise desenvolvida no presente Estudo de Impacte Ambiental permitiu caracterizar os principais fatores de notório interesse ambiental face ao objeto em estudo, tendo sido avaliados os impactos verificados na fase de construção da ampliação e de exploração.

Para cada descritor ambiental em que se aferiu a ocorrência de impactos negativos ou a sua possibilidade, foi indicado um conjunto de medidas de minimização consideradas adequadas e ajustadas ao presente projeto.

A Exploração Pecuária de Monte Ruivo encontra-se em pleno funcionamento e dedica-se ao sistema de exploração intensivo de recria e engorda de suínos. A análise de impactos incidiu sobre a fase de construção das instalações da ampliação da atividade assim como sobre a fase de exploração respeitante à maior capacidade da instalação. Da avaliação efetuada no presente estudo, refere-se que na generalidade dos descritores ambientais, os impactos negativos resultantes da exploração da pecuária, são pouco significativos e quase sempre minimizáveis,

Conclui-se assim que apesar dos impactos negativos identificados, considera-se que os mesmos não serão inibidores da viabilidade do Projeto de ampliação da Exploração Pecuária – Monte Ruivo, dada a pouca relevância dos impactos negativos identificados e dada a importância das situações positivas que apoiam a viabilização da instalação.

